

**TJPR****Divisão de Projetos
DEA**

ANEXO XI – DIRETRIZES PARA ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

As DIRETRIZES PARA ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA possuem a finalidade de orientar a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) que instruirá a documentação necessária para a construção do novo Fórum de Ponta Grossa. Isso se dá diante da necessidade apontada em Carta Resposta do Processo 15117/2021 pelo Instituto de Planejamento do Município (IPLAN) à solicitação do FUNREJUS quanto à necessidade de apresentação do EIV para a aprovação de projeto arquitetônico do novo edifício (ANEXO XII.a).

Dentro desse contexto, a legislação municipal principal a respeito do tema se encontra na Lei N° 12.447, de 14/03/2016, que dispõe sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV – e o Relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI – e o Decreto Municipal N° 14.635 de 19/07/2018 (ANEXO XII.b) que, por sua vez, regulamenta a análise de Estudo de Impacto de Vizinhança e Estudo de Impacto de Vizinhança Simplificado.

De qualquer forma, não se exime a contratada de respeitar todo o arcabouço legislativo aplicável ao EIV em questão, bem como da responsabilidade por todos os aspectos técnicos atinentes ao estudo. Cabe ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), por sua vez, quaisquer compensações, obras ou implementações futuras resultantes das necessidades apontadas no EIV, não sendo responsabilidade da contratada, portanto, tomar as possíveis medidas apontadas pelo estudo.

O pagamento relativo ao EIV está condicionado à aprovação do estudo junto à Prefeitura de Ponta Grossa e ao IPLAN, devendo essa aprovação ser entregue ao TJPR. Conforme descrição contida nas “ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO”, “CRONOGRAMA DE CONTRATO” entre outros documentos que fazem parte da documentação da contratação, tal estudo está contido na 1ª Fase de Execução de Serviços do contrato, caracterizada também por elaboração de projetos, orçamentação da obra etc.

Destaca-se que quaisquer licenças, anuências, aprovações, protocolos, bem como normativas, solicitações e exigências requeridas pelos órgãos acima descritos a fim da obtenção da aprovação do EIV e posterior continuidade do empreendimento são de inteira responsabilidade da contratada.

**TJPR****Divisão de Projetos
DEA**

O estudo de impacto de vizinhança possui como principal objetivo o controle e a gestão de aspectos e impactos urbanos em diversas fases, tais como a instalação e operação de empreendimentos. Trata-se de um instrumento de avaliação prévio à execução da obra ou início da atividade, possibilitando a adoção de alternativas e estratégias para minimizar e compensar os efeitos decorrentes da implantação no meio urbano.

Salienta-se que o não cumprimento de quaisquer obrigações necessárias implicará o não recebimento/pagamento da referida etapa e, conseqüentemente, as aplicações dos instrumentos pertinentes previstos em contrato.